

**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA NA CÂMARA MUNICIPAL DE CABO VERDE – MG, NO DIA 29 (VINTE E NOVE ) DE MAIO DE DOIS MIL E DEZESSETE, NO HORÁRIO DAS DEZOITO HORAS.**

Aos vinte e nove dias do mês de maio do ano de dois mil e dezessete, no horário das dezoito horas, no Salão Nobre “Luiz Ornelas de Podestá”, edifício próprio da Câmara Municipal, sito à Praça São Francisco nº 02, desta Cidade, reuniram-se a Senhorita Elvira Pereira Lemos, contadora da Prefeitura Municipal e Senhorita Vanessa Maria Alves, responsável pelo Controle Interno da Prefeitura Municipal, os Senhores Vereadores: Adriano Lange Dias, Clayton Ulisses de Paula, Juscelino Tereza, Luís Antônio Abílio, Luiz Carlos Ribeiro, Redno Alexandre da Silva, Roque Antônio Dias, Vanderlei Aparecido Braga e Vitor Espedito Megda, para realização da Audiência Pública, para demonstração do 1º quadrimestre de 2017, atendendo o que dispõe a Lei de Responsabilidade Fiscal. A Senhorita Elvira diz que apresentará o resultado do período 1º quadrimestre de janeiro a abril de 2017, informa que a meta de arrecadação foi a seguinte: receita prevista para o período de foi de nove milhões, quinhentos e cinquenta e sei mil, seiscentos e sessenta e cinco reais e vinte e oito centavos; a receita arrecadada neste período foi de oito milhões, seiscentos e sete mil, duzentos e sessenta e quatro reais e cinquenta e seis centavos; as despesas pagas neste período chegaram a um valor de seis milhões, quinhentos e noventa e se mil, trezentos e sessenta e três reais e oito centavos; as despesas liquidadas foram de oito milhões, duzentos e quatro mil, novecentos e quatorze reais e vinte e quatro centavos. Restando um saldo a pagar do ano de 2016 num valor de quinhentos e oitenta e cinco mil, cinquenta e quatro reais e setenta e cinco centavos, e um saldo a pagar dos anos de 2011 a 2015 num valor seiscentos e dezoito mil, trinta e oito reais e sessenta e um centavos. Diz ter apurado um superávit de quatrocentos e dois mil, trezentos e cinquenta reais e trinta e dois centavos. Diz que a primeira, segunda, terceira e folhas são receitas que especificadas no resumo anterior, é tudo que foi arrecadado e o que foi realizado, as quais foram enviadas ao Tribunal de Contas. A próxima folha cinco no anexo III demonstra o índice gasto com FUNDEB, que indica que está em 50,72% (cinquenta vírgula setenta e dois por cento), e o percentual exigido é sessenta por cento, diz que o Município está dentro da margem e ainda há um terço de férias a ser pago e com certeza passará o índice de sessenta por cento. Na página seis demonstra as receitas que compõe os gastos com saúde, observa-se um percentual gasto de 19,01% (dezenove vírgula um por cento) até abril. Na página oito está demonstrado o gasto com educação, observando-se um índice de 25,33% (vinte e cinco vírgula trinta e três por cento) e explica que conforme vai surgindo as despesas este índice vai aumentando, não com o que se preocupar. Na página nove constam os restos a pagar de 2011 a 2016, especificados individualmente

na coluna a pagar. Na página dez está especificado o gasto com pessoal, que até o mês de abril chegou a 49,46% (quarenta e nove vírgula quarenta e seis por cento), saindo do limite prudencial que é de 51,3% (cinquenta e um vírgula três por cento), explica que os inativos e pensionistas ficam fora desta soma de acordo com o Tribunal de Contas. Na página onze consta a meta de arrecadação, o que foi proposto com a divisão do valor do orçamento e o que foi efetivado nos primeiros quatro meses. O Vereador Luiz Carlos Ribeiro ressalta que agora com o pagamento do IPTU melhora-se a receita do Município. Elvira responde que sim, tanto que com esta melhora se paga a 1ª parcela do 13º aos Servidores no final do mês de junho, todos os anos ele reserva este dinheiro do IPTU para realizar este pagamento. O Vereador Adriano Lange Dias se diz satisfeito com a apresentação dos números relativos ao 1º quadrimestre, pois mesmo diante das dificuldades está se conseguindo manter um caixa positivo. Elvira lembra que em breve será feito novo parcelamento do INSS em duzentos meses através de medida provisória do Governo Federal, salienta que haverá redução de juros e multas e todos os parcelamentos existentes serão reparcelados em até duzentos meses. O Vereador Clayton Ulisses de Paula indaga se este reparcelamento deverá passar por esta Casa Legislativa. Elvira responde que sim, depois da negociação junto ao INSS precisa da aprovação do Projeto de Lei por esta Casa, autorizando o parcelamento e quase sempre necessita-se de urgência na aprovação do Projeto, uma vez que feita a negociação na Receita eles já emitem a guia do recolhimento da primeira parcela e por isso o motivo desta urgência. Nada mais havendo para tratar, para constar o Sr. Presidente agradece a presença de todos a mais esta Reunião de Audiência Pública Quadrimestral e encerra a presente.